

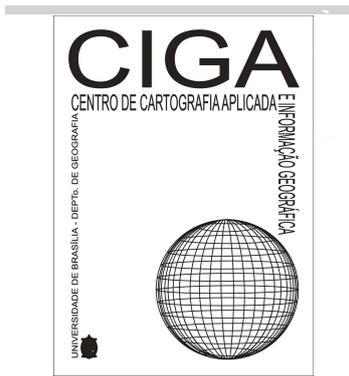
Artigo

ESPAÇO, TEMPO E NATUREZA: O PROCESSO É O MITO

Marília Luiza Peluso
Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Pâmela Elizabeth Morales Arteaga
Maxem Luiz de Araújo

p. 01-24

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.6, N.1 (2015), 1:24
ISSN: 2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v6i1.20908>

Como citar este artigo:

PELUSO, M. L., Wallace Rodrigues Pantoja, Pâmela Elizabeth Morales Arteaga,

Maxem Luiz de Araújo. ESPAÇO, TEMPO E NATUREZA: O PROCESSO É O MITO. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.6, n.1 (2015), p. 1:23

ISSN: 2177-4366.

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v6i1.20908>

Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/ciga/>

Esta obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

ESPAÇO, TEMPO E NATUREZA: O PROCESSO E O MITO

Marília Luiza Peluso

Doutora em Psicologia, Professora da Pós-Graduação em Geografia/Departamento de Geografia/UnB.

Email: peluso@unb.br

Wallace Wagner Rodrigues Pantoja

Doutorando em Geografia (UNB), Mestre em Geografia (UFPA), Professor da Rede Estadual de Ensino do Pará.

Email: demithri@yahoo.com.br

Pâmela Elizabeth Morales Arteaga

Mestranda em Geografia (UNB), Psicóloga (Universidad SEK-Chile).

Email: pamela.morales.a@gmail.com

Maxem Luiz de Araújo

Especialista em Educação Ambiental, Professor do IFB Campus São Sebastião.

Email: maxemluiz@gmail.com

RESUMO: O artigo se insere no debate entre espaço, tempo e Natureza em diálogo com o mundo vivido pelos sujeitos que se constroem ou são construídos como heróis mitológicos, fonte de discursos e práticas espaciais concretas. Um campo ainda pouco explorado na geografia que, mais recentemente, vem se aproximando do debate da dinâmica cultural, o campo simbólico e os processos de espacialização. O objetivo é discutir a possibilidade de compreensão no presente da organização do espaço em ligação com momentos anteriores da sociedade, numa dialética espaço/temporal que articula o presente e o passado de maneira complexa e não linear. Metodologicamente, partindo de uma revisão bibliográfica da temática se articulou à pesquisa de campo e documental sobre a migração para as vicinais/ramais na Transamazônica (BR-230), a criação da religião Centro Espírita Beneficente União do Vegetal, que surge na Amazônia e estabelece sua sede em Brasília e a construção de Brasília como a Metrópole moderna sem passado. A conclusão encaminha a possibilidade de nexos espaço-temporais, vinculando o mito da Natureza

à criação de heróis, constantemente reapropriados e ressignificados para engendrar discursos e novas ações, dialeticamente, no espaço contemporâneo brasileiro.

Palavras-chaves: Dialética espaço/tempo. Geografia Mitológica. Natureza. Modernidade.

ABSTRACT: The article fits into the debate regarding space, time and nature in dialogue with the world lived by subjects that build up themselves or are built as mythological heroes, source of speech and spacial concrete practices. It's a poorly explored field in Geography that recently approaches to the cultural dynamic debate, to the symbolic field and also to their spacialization processes. The aim is to discuss the possibility of understanding in the present time about the space organization processes related to the society's previous moments, in a space/time dialectics which articulate the present and past times in a complex and non linear way. Methodologically, starting from a literature review about the theme, the present study was linked to the field and documental research about migration to the vicinal ways of Transamazônica Highway (BR-230 Highway), the creation of the "Centro Espírita União do Vegetal", a religion that arises in the Amazon and set up its headquarters in Brasília and the construction of Brasilia as a modern metropolis without a past. The conclusion points at the possibility of space/time nexuses linking the Myth of Nature to the Creation of Heroes, constantly appropriated and with new meanings, in order to support speeches and new actions dialectically throughout the Brazilian contemporaneous space.

Keywords: Dialectic space / time. Mythological geography. Nature. Modernity.

RÉSUMÉ: L'article fait partie du débat entre l'espace, le temps et la nature, mis en dialogue avec de sujets qui se construisent ou qui sont construits comme des héros mythologiques – source des discours et des pratiques sociales concrètes. Comme un sujet peu abordé, ce thème-là vient de se rapprocher du débat de la dynamique culturelle, le domaine symbolique et des processus de spatialisations. L'objectif, c'est de discuter la possibilité de comprendre, au présent, l'organisation du space en le reliant aux moments précédents de la société, par la voie dialectique space/temps qui associe le present et le passé du façon complexe et non linéaire. En concernant la méthodologie, après la révision bibliographique on avait fait une recherche de terrain et des documents sur la migration pour les vicinaux de la Transamazonica (BR-230), la création de la religion Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (qui a été crée dans l'Amazonie et qui a établie la siège à Brasilia) et la construction de Brasilia comme Métropole moderne sans passé. La conclusion se dirige vers la possibilité de liens space-temps, en associant le mythe de la nature avec la création des héros, qui sont constamment dotés de nouvelles appropriations et significations pour entraîner, d'une façon dialectique, des discours et nouvelles actions dans l'espace contemporain brésilien.

Mots-clés : dialectique space-temps ; géographie mythologique ; nature ; modernité.

INTRODUÇÃO

Na divisão social do trabalho científico moderno, ocorrido em fins do século XIX e princípios do século XX, coube à geografia aquele vasto território situado entre a sociedade e a natureza. A delimitação de campo tão extenso de conhecimento valeu-lhe a designação, por Foucault (1983) de “ciência inclassificável”. Por outro lado, campo tão vasto permitiu-lhe teorizações que abarcam vários domínios para compreender como se organiza seu atual objeto, o espaço e a espacialidade.

O estudo do espaço geográfico em suas várias manifestações, porém, requer uma arqueologia que nos remeta constantemente ao passado, para compreendê-lo em sua modernidade. Vidal de La Blache já chamava a atenção para importância do passado na compreensão do presente e das “reações incessantes da geografia sobre a história e da história sobre a geografia” (LA BLACHE *apud* HAESBAERT *et alii*, 2012, p. 67). Dessa maneira, pode-se considerar que o conhecimento geográfico se desenvolve em torno de dois conceitos fundamentais, sociedade e natureza, perpassados pelo tempo, pois o espaço, como escreve Santos (1990), é o acúmulo de tempos. Pode-se considerar, inclusive, que espaço e tempo se tornam fios condutores para reflexões sobre a esfera-mundo e permitem escavar mais profundamente uma realidade que desafia o pesquisador.

Em busca de uma reflexão desafiadora sobre a realidade pensada por intermédio do tempo, da sociedade e da Natureza¹ em suas muitas manifestações e ocultamentos foi organizado o curso “Espaço em Geografia: uma revisão temporal”², do qual este artigo é o produto. O objetivo era, e permanece no texto que se segue, levar a compreender que o momento presente da organização do espaço está ligado a momentos anteriores da sociedade, numa dialética espaço/temporal que articula o presente e o passado de maneira complexa e não linear. Havia uma pergunta a ser respondida e formulada da seguinte maneira: como o passado permanece no presente, ressignificando tempo e espaço? As hipóteses do curso, e que orientaram as reflexões, foram no sentido: primeiro, de que espaço e tempo devem ser considerados como uma totalidade instituída na inserção dos homens no

¹ “Natureza” se encontra em algumas passagens com letra maiúscula e em outras com minúscula, pois “Natureza” é o meio ambiente mítico que desafia os homens; “natureza” é o meio ambiente tomado pelas técnicas e pela ciência e, portanto, despojado de mistérios e perfeitamente cognoscível com mais estudos e mais pesquisas.

² O curso foi ministrado no 1º semestre de 2014, na disciplina optativa “Tópicos Especiais em Geografia”, na Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia/UnB. “Tópicos” é uma disciplina bastante livre e visa abordar temas de interesse do professor e dos alunos, procurando trazer novos enfoques teóricos para os projetos de pesquisa desenvolvidos por doutorandos e mestrandos.

mundo pré-existente; segundo, de que a totalidade espaço-temporal é instituída na articulação das estruturas (instâncias) e das práticas materiais e imateriais da sociedade.

A ideia central desenvolvida no semestre esteve em Althusser (1978, p. 70), quando cita Marx em 18 Brumário

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem a partir de elementos livremente escolhidos, em circunstâncias escolhidas por eles, mas em circunstâncias que eles encontram imediatamente diante de si, dadas e herdadas do passado.

As discussões partiram de Althusser e do “Sujeito da história”, cuja dinâmica se encontra na luta de classes, mas ao longo do semestre alcançaram os “sujeitos concretos” e suas histórias vividas, suas relações com a Natureza e com os outros homens, suas contradições e intenções. Dessa maneira, foi trazida à superfície a mais antiga e profunda forma de conhecimento social, o mito, e também o ator do mito, o herói. Mas, aqui, os mitos são ressignificados e adquirem um tom crítico para desvendar o vivido da modernidade que pretendem esconder.

A argumentação que se desenvolveu durante o curso será apresentada aqui em cinco tópicos. No primeiro, haverá uma pequena reflexão teórica sobre a abordagem do sujeito na geografia que encaminhará a análise de três situações concretas que serão narradas a seguir: a Amazônia, rasgada pela Transamazônica, seus mitos e seus heróis desbravadores da floresta; da Amazônia chega-se a Brasília, cidade embasada no mito da modernidade, mas que não recusa heróis e messias que trazem consigo um tempo mítico que, no caso pesquisado, tem suas origens na floresta amazônica; em Brasília, é a construção da Capital do país que se encontra no jogo do mito e da modernidade e na recusa de um tempo e de um espaço passados. Nas duas primeiras narrativas se encontra o sujeito concreto, que não se deixa excluir, e adquire a posição de “herói” ao se infiltrar nos interstícios das narrativas oficiais; na terceira narrativa, o sujeito e o tempo passados são elididos para que surja a racionalidade de um mundo dessacralizado. Finalmente, a conclusão, em que se propõem novas discussões para a geografia sobre os sujeitos e suas trajetórias.

1 – PEQUENA REFLEXÃO TEÓRICA: UMA GEOGRAFIA SEM SUJEITO?

A geografia, como ciência moderna, preocupa-se em estudar o espaço e a espacialidade em suas várias manifestações. Contudo, a ideia de espaço surgiu muito antes de se tornar uma categoria do pensamento e um conceito geográfico. A espacialidade, enquanto maneira de compreender o mundo provém de conhecimentos muito antigos construídos ao longo da história da humanidade, perdem-se no tempo e recriam-se constantemente a cada novo momento das práticas sociais e das

maneiras de produzir. Os conhecimentos se expandem, criam novos temas, rupturas e contradições, instituem meta-narrativas, produzem novos sentidos para a realidade circundante.

Pode-se afirmar que a adaptação ao desafio que representava a Natureza e os outros homens, incertamente inimigos ou amigos, por intermédio de conhecimentos geográficos é muito antiga e as tribos primitivas já descreviam seus percursos nos materiais de que dispunham. Era um saber intuitivo e do senso comum, mas que mostrava a diferença entre os lugares e permitia a localização, a verificação das distâncias, dos perigos e dos recursos necessários à sobrevivência.

Segundo Neumann (1995), “De onde? Como? Por quê?” eram as perguntas que os homens se fizeram coletivamente, desde tempos remotos, sobre a posição deles no mundo e o princípio das coisas. As respostas, também coletivas, construíram um conhecimento prático para os problemas de sobrevivência frente aos desafios que se apresentavam. O desenvolvimento das técnicas foi uma das respostas para o domínio da Natureza e dos inimigos. A outra foi a elaboração de um sistema simbólico em que se contava, miticamente, a história da luta por esse domínio, em que o herói representava o lento irromper do pensamento reflexivo (NEUMANN, 1995), da separação da Natureza e da diferença do Outro (PELUSO, 2003). “O herói”, escreve Campbell (2014, p. 131), “é alguém que deu a própria vida por algo maior do que ele mesmo”, numa proeza espiritual em que “aprende a lidar com o nível superior da vida espiritual humana e retorna com uma mensagem”.

Na Antiguidade, o saber geográfico fazia parte de cosmogonias e visões do mundo as mais diversas, com as quais se aprofundou a consciência da diferença entre os lugares a partir das narrativas dos viajantes, dos instrumentos de localização, dos mapas e da astronomia. Era um saber que se ainda era em parte intuitivo, buscava as primeiras explicações e sistematizações na esfera da filosofia para as diferenças e as semelhanças, as razões e os motivos; as classificações, a harmonia e o desequilíbrio da Natureza e dos homens.

Na Idade Média, os conhecimentos geográficos se encontravam dentro da esfera religiosa, da busca de utopias, dos lugares sagrados, do estabelecimento do reino de Deus, mas também formavam um saber prático que estudava a diferenciação dos lugares, as localizações precisas e as distâncias, utilizando a astronomia, o sistema de coordenadas e projeções, úteis para as rotas de comércio terrestre e marítimo e melhoria das práticas agrícolas. Os saberes procediam de muitos lugares, eram falados por muitas vozes, com práticas discursivas diferenciadas e destinadas a múltiplas práticas sociais (FOUCAULT, 1987), englobadas sob o nome geral de “conhecimento da Terra” – Geo-grafia.

O novo sistema de positividades que emerge nos séculos XVIII e XIX, ligado à ascensão do projeto industrial, ressignificou os conhecimentos elaborados anteriormente, inclusive os conhecimentos geográficos. Quatro postulados básicos se impuseram: o primeiro, o domínio da

razão; o segundo, a dessacralização do mundo; o terceiro, a utilização da natureza para os propósitos humanos; o quarto, a fé no progresso (MENDOZA *et alii*, 1982).

A geografia, de acordo com as novas positivities e o novo território que lhe foi delimitado, agenciou os conhecimentos geográficos anteriores, deu forma sistematizada ao múltiplo, fazendo desaparecer as rupturas, as descontinuidades e as contradições. Construiu-se, assim, uma meta-narrativa das ciências da terra e das ciências da sociedade, das relações ordenadas da sociedade e da natureza.

A Geografia, como ciência positiva, seguiu dois caminhos: o primeiro foi o de apartar-se da Natureza e, também, da natureza humana, vendo uma e outra como objeto e recurso e, portanto, exploráveis, quantificáveis, previsíveis e manipuláveis. O segundo foi enfatizar a pequena escala, olhando de fora e de longe, mesmo quando tratava da grande escala, no momento em que elide o sujeito conhecedor e o substitui por fatos e acontecimentos, processos e estruturas, leis e modelos nos quais ele, o sujeito, desaparece.

O problema está em que o sujeito elidido insiste em continuar presente. Claval (1999) afirma que nas epistemologias pós-modernas o Homem como entidade abstrata não existe mais; nós estudamos os homens e suas diferenças por sexo, idade, meio natural e o meio social em que evoluem. Prossegue Claval (1999), escrevendo que o homem é um ser modelado por sua existência, suas memórias e suas representações, apreendidas sempre em um contexto determinado e material de vida, pertencente a uma sociedade e a uma época particular e histórica.

A contradição se instala na geografia: de um lado, uma visão cada vez mais objetiva, mais técnica, mais impessoal de sobrevoo, de outro o sujeito elidido com sua existência, forçando a passagem para o conhecimento geográfico. E com o sujeito, seus mitos e seus heróis que sobrevivem em memórias e representações.

Nos três estudos que seguem o espaço geográfico não é apenas visto enquanto produto do conhecimento de cunho objetivo, mas também enquanto saber simbólico e representação do espaço vivido. Neste espaço, o mito e os heróis retornam e são eles que ressignificam a espacialidade num trajeto que segue da Amazônia a Brasília.

2 - A SAGA (TRANS)AMAZÔNICA – MISTIFICAÇÃO E EXISTÊNCIA

A figura do herói se presta a interpretações quase inesgotáveis, porém, essencialmente pode ser apreendida como “o fundador do novo” (CAMPBELL, 2013, p. 145). Tal fundação pode ser mobilizada como argumento de legitimação no sentido weberiano, “a obediência a uma ordem determinada” (WEBER, 2005, p. 3), ordem dada pelo soberano vivo ou transcendente, acatada

como ato sacrificial pelo súdito que, em certa medida, assimila o heroísmo para si. Outro aspecto para fundação do novo supõe a grande viagem, por caminhos jamais cindidos, a peregrinação pelos confins do mundo (ELIADE, 1992) em busca da semente ou gral (CAMPBELL, 2013) que fará o novo vir à existência.

Não é possível pensar a construção da Transamazônica e a migração massiva de nordestinos a ela correlacionada, sem apreender o nexos entre representação fundante do novo, exercício sacrificial e a ocupação além das fronteiras da “Terra”. Aqui não serão discutidas as questões estritamente técnicas ou restritivamente políticas e econômicas, sem, porém, perdê-las de vista. Interessa atentar para a constituição de uma experiência espacial que, ao mesmo tempo, produz e é resultado de uma mistificação da existência, sem a qual a própria existência nas condições transamazônicas seria insuportável, como o foi de fato para muitos.

Cabe salientar que não se está aqui chancelando um autorreferente “heroísmo” no processo de ocupação da frente transamazônica que começa em Cabedelo, na Paraíba (no leste, próximo ao Atlântico) e, termina, em tese, em Lábrea, no estado do Amazonas (AM), cujo projeto original iria até Benjamin Constant, também no AM, fronteira com Peru, por onde se poderia atingir o Oceano Pacífico. Trata-se de trabalhar com

A “Invenção da Transamazônica”, cuja ideia surgiu no final dos anos 1960 e que foi criada em uma área já habitada por índios, seringueiros, pequenos e grandes comerciantes, marreteiros e fazendeiros. Foi, no entanto, tratada pelo governo militar como uma estrada que estava sendo aberta **num vazio de homens e mulheres, terra a ser conquistada e colonizada**. Entre outras histórias de violência praticadas na sua implantação, ainda se ouvem, nos dias atuais, **fragmentos de relatos sussurrados, a respeito do genocídio cometido contra os índios que povoavam o antigo município de Altamira**, os quais eram amarrados **a tratores que avançavam sobre a selva**. (SILVA *apud* MAUÉS, 2012, p. 41, destaques do autor).

É uma história de terror e destruição. O novo espaço se produziu sobre condições espaciais anteriores, relações já estabelecidas e que são desagregadas não apenas pela violência do Estado, mas por uma concepção que une fé e razão, sacrifício e oportunidade, emulando certo messianismo de base nordestina, mas não exclusiva a ela, que acaba por ser potencializado pela inculcação estatal de uma “terra sem homens”, virgem, a ser dominada, na qual o herói tem algo de trágico e de aterrador (CAMPBELL, 2013).



Mapa 1 - Rodovia Transamazônica (BR-230), sem escala. Fonte: Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT), Ministério dos Transportes, 2014.

2.1. Projeto e Concepção Faraônica – do Atlântico ao Pacífico

Euclides da Cunha (1904) já anunciava a necessidade de ordenamento administrativo no processo de ocupação nordestina da Amazônia, retomando debates do final século XIX. Cunha (1904) definiu a região amazônica como “terra sem história” e os que para lá se dirigiam, como “expatriados na própria pátria”, ecos de um passado que será assimilado pelo Estado de maneira drástica.

O empreendimento para construção da Transamazônica, BR-230 foi hercúleo, para não dizer impossível – haja vista que nunca foi finalizada – e os nordestinos foram convocados a ocupar a nova terra através do “rasgo” que a estrada fazia, não sem razão, entre os moradores das vicinias ou pequenas estradas que partem da Transamazônica para dentro da floresta. O termo “A Faixa” é usado para designar a estrada.



Foto 1 - Abertura da Transamazônica, 1971. Fonte: www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br

Figura 1 - Chegada de nordestinos pela estrada recém aberta. Autor: Oswaldo Maricato/Editora Abril. Fonte: VESENTINI; VLACH. *Geografia Crítica*, 2009.

Sua construção, datada de 1971, trouxe famílias inteiras que vieram do nordeste já neste período e ao longo dos anos 1970 e 1980, para ocupar a terra e fazer a história percebida como inexistente. O Projeto da Transamazônica não estava restrito à região e nem à geografia, como aponta Souza (2010. p. 7) ao escrever que

A estrada para cortar o Brasil, unir o Atlântico ao Pacífico, também suscitou acalorados debates entre articulistas, possibilitando-nos interessante fonte para análise, não apenas do Projeto Transamazônica, mas de um período, sobre como se elaboravam e reelaboravam políticas públicas de saúde e que elementos as embasavam e/ou estavam presentes em discursos sobre elas. Discursos que por diferentes caminhos, ideias ou fontes dialogavam sobre um projeto elaborado para Amazônia de alcance nacional e internacional com a integração do Brasil ao Pacífico.

“Integração”, eis aí a palavra mágica e, como tal, demandava homens dispostos ao sacrifício, não apenas por si, mas também pelo projeto de nação. Porém, se por um lado o discurso de Estado recorrentemente convocava os “heróis anônimos” – os soldados da borracha é só um dos possíveis exemplos de uma história anterior -, por outro lado este ato de convocação se encontrava com a necessidade do nordestino e, para além de sua necessidade material, de suas representações de mundo, inseparáveis de um transcendente espiritual.

2. 2. Lugares da Vida, Falência do Projeto? Da percepção à representação em choque

Três nordestinos, hoje morando em vicinais – Ladeira da Velha e Portel – pertencentes ao município de Pacajá, no Pará, cortado pela Transamazônica, sua espacialidade fundante, narram seus caminhos de desbravamento do desconhecido:

Nós era [estávamos no] do Maranhão, mas ouvimo por lá que aqui era bom [Transamazônica Paraense], (...) deu informação das terra que o INCRA tava dando lote pra todos. Aí eu, com muita precisão, que lá eu vivia apertado demais mesmo (...) aí eu aprendi a correr de lá pra cá (...). Em setenta e sete eu cheguei aqui no Pacajá³.

Aqui era difícil demais, ia de “varetinha” [picada na mata], às vezes a gente gastava três dias pra chegar no Pacajá (...) ia só fazer a compra e voltava pra traz (...) Não tenho bem certeza, mas que meu sogro foi dos primeiros a entrar aqui, na “picada” [abrindo de terçado a mata virgem para criar um caminho possível]⁴.

Minha vida é trabalhar na roça, todo tempo, não tenho outra profissão. Então roceiro gosta de terra nova. De mata para trabalhar⁵.

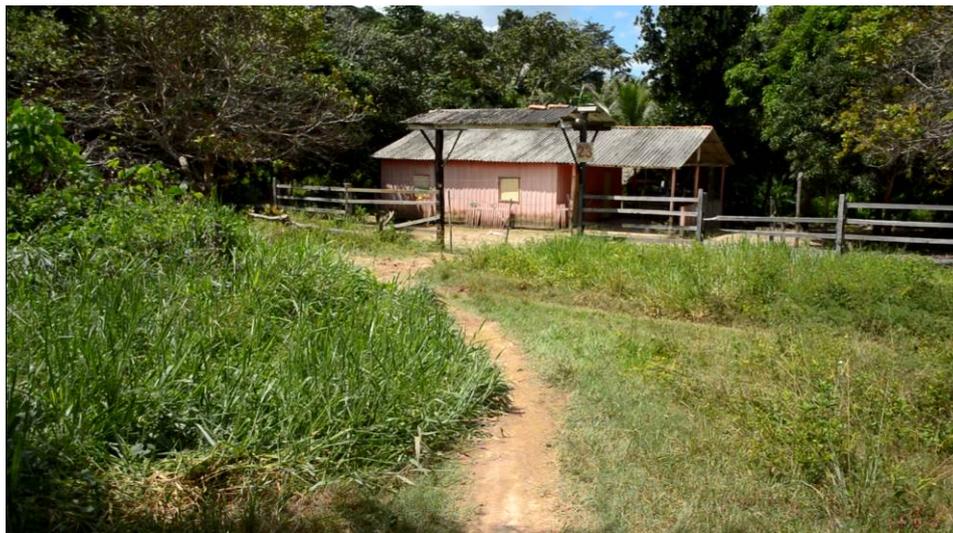


Foto 2 - Entrada da Vicinal do Portel, Pacajá (PA). Autoria: Cleison Nazaré, 05/2013.

Três nordestinos, que representam muitos outros, mas que trazem elementos significativos para os objetivos deste artigo: “Necessidade – eu vivia apertado demais mesmo; Sacrifício – ia de “varetinha”, às vezes a gente gastava três dias; a Terra Nova – mata para trabalhar”. Tais percepções individualizadas consubstanciam uma representação coletivizada, ou antes, intersubjetiva (MERLEAU-PONTY, 1999): a saga transamazônica é feita de necessidade, sacrifício e desbravamento da “Terra Prometida” (ELIADE, 1992).

Porém, esta representação se choca com a realidade. Os heróis anônimos, transformados em massa sem rosto nos planos de um espaço novo (NAHUM, 2011), possuem uma existência concreta incontornável e, enquanto existentes, tentam (re)produzir-se a partir da tríade – Necessidade, Sacrifício e Terra Prometida – seus lugares de vida. Tal reprodução não é apenas um exercício de futuro, mas, inescapavelmente, uma reinvenção dos seus lugares pré-existentes, as

³ João Mateus Francisco, cearense de origem, 63 anos, entrevista cedida em Abril de 2013.

⁴ Auricelia Lopes da Silva, maranhense de origem, 31 anos, entrevista cedida em Maio de 2013.

⁵ Antônio Alves de Souza, maranhense de origem, 54 anos, entrevista cedida em Maio de 2013.

comidas, a fala, as devoções e filiações religiosas, a disposição das materialidades o revelam – mas o sacrifício é constante, jamais termina: desde uma “Natureza” indomável, em que a morte pela malária é só uma das muitas situações-limite (JASPERS, 1993), ou o Outro (tradicional e/ou contemporâneo), até as mudanças de orientação de um Estado que antes os incentivava a desmatar e agora os culpa pelo mesmo ato (HONDA; SÊPEDA FILHO; PANTOJA, 2013).

Processo este difícil de captar, como nos alerta Figueiredo (1993, p. 15):

(...) ocorre que este padrão autocontraditório [três eixos axiológicos: o liberal, o romântico e o disciplinar-burocrático, que se manifestam no território da ignorância, em termos psicológicos, mas não exclusivo a esta disciplina] estabelece como que um interdito cognitivo: desde qualquer um dos lugares possíveis deste espaço, haverá sempre partes deste território que se conservarão nas sombras.

A geografia talvez, junto a outras ciências humanas, deva se dedicar cada vez mais a estas partes sombrias, inclusive para compreender a Amazônia contemporânea, mas sem perder de vista que as sombras fazem parte, de maneira instigante e fundamental, do heroísmo sacrificial e do novo a ser descoberto, sempre fugidio.

Processos contraditórios e fugidios, difíceis de captar, mas que originam outros processos em que heróis anônimos e sem rosto se recriam na floresta e buscam iluminar novos territórios da “Natureza” e dos homens, em que o sagrado, o mito e o símbolo se integram na modernidade urbana.

3. HERÓI E NATUREZA - O TERRITÓRIO-REDE COMO CONDIÇÃO DE CRIAÇÃO DO TEMPO SAGRADO

A compressão do espaço-tempo vem alterando a aceleração dos processos globais e a "reordenação das distâncias" que parecem encurtar, quando processos que se dão em um lugar têm efeito imediato em outro lugar ou outro território (HALL, 2004, p. 23). Há processos que, de tempos em tempos, marcam uma trajetória que transcende o indivíduo, sua época ou sua cultura, sobretudo em tempos de aceleração e expansão das redes, quando a comunicação de suas trajetórias chega a territórios e grupos longínquos. Nesse sentido, será analisada a trajetória empreendida por um indivíduo que por sua coragem e sua missão pode ser definido aqui como “herói”, nas palavras de Campbell (2003, p. 17)

Um herói parte do mundo, da vida cotidiana, em direção a uma região de magia sobrenatural: forças fabulosas são encontradas ali e uma vitória decisiva é conquistada; o herói volta de sua misteriosa aventura com o poder de conceder dádivas a seus companheiros.

O herói em questão é "Mestre Gabriel", que parte de Coração de Maria, sertão da Bahia, passando por Porto Velho (RO), para concretizar sua trajetória em Brasília (DF). A missão pode ser sintetizada na busca do mestre em religar o ser humano a Deus e com sua própria espiritualidade. Mestre Gabriel é o fundador da União do Vegetal⁶, portanto, sua história - independentemente de qualquer juízo - é considerada uma história sagrada pelo grupo religioso que acolheu seu messianismo, com elementos específicos que a caracterizam como “realidade que começa em um tempo primordial e se (re)significa no tempo de hoje” (ELIADE, 1972, p. 11).



Mapa 2 - Caminhos de Gabriel, de Coração de Maria à Brasília, sem escala. Autores: Pantoja, Arteaga e Cabral, ODR, 2015.

Aos 20 anos de idade, Gabriel sai de Coração de Maria em direção a Salvador, na Bahia, em busca de novas oportunidades; emprega-se em diferentes pequenas atividades sem ponto fixo. Estava ciente de que sua missão espiritual o levaria para longe daqueles lugares. Em seu caminho, Gabriel experimentou várias religiões. Uma delas foi o terreiro, em busca de uma representação (e reapresentação) da realidade. No entanto, nada o satisfazia na busca espiritual de religar o homem a Deus, em suas palavras autobiográficas: “Já passei por diversas religiões, procurando um jeito de auxiliar a humanidade, tirar a maldade do coração das pessoas – e não encontrei. Só fui encontrar esse jeito no Vegetal” (FABIANO, 2012, p. 37).

Nas incursões nos terreiros, Gabriel foi reconhecido como o “Sultão das Matas”. Sem saber ainda que seu futuro se realizaria no interior da Amazônia, ele parte para o desconhecido (FABIANO, 2012, p. 45). Como escreve Campbell (2003, p. 42): “Uma vez transposto o portal, o herói percorre uma paisagem onírica de formas curiosamente fluidas, ambíguas, onde deve sobreviver a uma sucessão de provas”.

⁶ O nome oficial é Sociedade Espírita Benfícete União do Vegetal.

Com sua missão clara: auxiliar as pessoas e guia-las pelo caminho do bem, Gabriel atravessa espaços-obstáculos, deixando sua marca simbólica no território que percorria. Como o “Sultão das Matas”, da Bahia, fiel a si e a seu destino - utopia para uns, loucura para outros - chega ao atual Estado do Acre, então ainda um território, como um dos milhares de nordestinos transformados em "Soldados da Borracha".



Figura 2 - Gabriel “Sultão das Matas”. Fonte: DMD-SG –blog da UDV

Encontra lá a chave para sua busca, na união de duas plantas – *mariri* (*Banisteriopsis caapi*) e *chacrona* (*Psicotria viridis*) - tomadas na forma do chá Hoasca, como chamado pelos caboclos amazônicos. Gabriel, agora “Mestre”, mescla elementos da cultura cabocla amazônica à saga de um herói, ele próprio visto como herói pelo grupo que formou. O chá, a “União do Vegetal”, passa a significar a luz de sabedoria e a união profunda com a Natureza por parte dos que o compartilham, criando um movimento sagrado novo.



Foto 3 - Mestre Gabriel (braços abertos) em Porto Velho, anos 60. Fonte: hwww.udv.org.br, 2015.

3.1. Tempo e Rede – União do Vegetal, de Porto Velho (RO) à Brasília (DF)

A sede inicial da nova religião, a “União do Vegetal” (UDV), fixada em Porto Velho (Rondônia) será “transplantada” para Brasília, cidade em que Mestre Gabriel veio a falecer em 1971, e se revela central tanto do ponto de vista simbólico - espaço da morte do fundador, “centro” do território nacional - quanto do ponto de vista estratégico - a articulação em redes de atuação da UDV.

O termo “rede” adquire um caráter polissêmico e histórico, empregado tanto pelo senso comum quanto por diferentes ramos da ciência. De acordo com Dias e Silveira (2005), a rede chama atenção ao assumir o caráter de forma organizacional a partir do espaço, alterando as configurações territoriais por meio da inovação de técnicas materiais que englobam grupos, instituições ou firmas; aglomerações urbanas e a esfera político-econômica. Ainda sobre redes, Castells (1999, p. 497) afirma que elas “constituem a nova morfologia social de nossa sociedade, e a difusão de sua lógica modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”.

É neste sentido que a União do Vegetal (UDV), caracterizada pelo uso ritual do vegetal “Hoasca”, desde sua formação já se apresentava por “trajetórias” e “redes”. Entretanto, aqui não se trata de uma rede pela qual circulam bens e serviços, mas de organização de um território imaterial e imaginado que se sobrepõe ao território das práticas materiais e que utiliza as possibilidades tecnológicas da modernidade. São bens imateriais que circulam pelas redes, criando uma verdadeira “psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1997, p. 204).

Desde a trajetória de seu fundador até a estruturação da religião em si, na cidade de Porto Velho em 1961, hoje se consolida como religião brasileira e tem seu núcleo administrativo no Distrito Federal. Uma religião migrante em uma cidade de migrantes, uma religião proveniente de “mesclas culturais” - indígenas, caboclas, nordestinas - em uma cidade fundamentalmente “multicultural”, mas erguida basicamente por nordestinos. A UDV, com sede mundial em Brasília, passou a propagar seu projeto de mundo por meio de práticas sociais, naturais e espirituais fundamentalmente reticulares.

A expansão desta sociedade religiosa se dá a partir do território significado como sagrado, utilizando técnicas materiais para efetivar sua expansão e manutenção, presente em todas as regiões do Brasil, inclusive no exterior.



Figura 3 - Mapa do Brasil por Regiões da UDV. Fonte: Agenda Institucional/Luis Gallina Neto e Ricardo Martins de Deus.

A expansão ocorre porque a religiosidade – e não exatamente a religião – possibilita ao ser humano exercer uma reflexão sobre “elementos que modelam o mundo, como os deuses, os espíritos, os rituais” (CAMPELL, 2013, p. 12). O ser humano, ao contrário do que se esperava com a “dessacralização do mundo” nos últimos séculos, está disposto a abstrair de sua vivência mundana uma outra vivência, que poderia ser chamada de “transcendental”, para se dirigir ao deus ou a certa crença religiosa.

Ao falar de redes não se pode deixar de falar de territórios, que seriam o sustentáculo e a substância das redes, e como se discutiu acima, as redes sociais são a organização de indivíduos, ou grupos, que comportam a movimentação de relações e oportunidades. O território, espaço de apropriação e domínio de indivíduos, ou grupos, pode conformar uma determinada identidade, neste caso em particular, uma identidade religiosa.

O modo de atuação e presença da sociedade religiosa UDV no território se articula através de redes sociais que, por sua vez, vão territorializando novos espaços, manifestando-se por um trabalho solidário e de movimentação social, executado tanto no território do grupo (os núcleos constituídos, espaços de encontro para realização de sua sacralidade), quanto fora dele, com atividades tais como o “Dia do Bem”, campanha de arrecadação e distribuição de agasalhos para segmentos vulneráveis da população, “Luz do Saber” (alfabetização de jovens, adultos e idosos), atividades culturais (shows e palestras de interesse para comunidade) e atenção à saúde. Através do cruzamento de “nós”, as representações simbólicas e culturais, ao possibilitar uma ação, mobilizam, sustentam e dinamizam o território sagrado. Nesse sentido, se conforma uma “transterritorialidade”, como escrevem Goetterd, Modardo e Mota (2010) para os indivíduos que fazem parte da UDV e molda-se também uma identidade religiosa transterritorial.

As redes da UDV conformam a construção de um espaço social, um espaço de beneficência, no qual seus membros realizam uma ação que se afirma no contexto social, não como uma religião dogmática, mas permeável à comunicabilidade e ao sentido de vizinhança. Trata-se de uma forma diferente de relacionamento e territorialização na urbe de Brasília, acompanhando a estratégia de muitos movimentos religiosos contemporâneos, que vêm construindo novas narrativas, na qual se destaca a desfundamentalização (SCHERE, 2005, p. 43).

A UDV também se expressa por redes materiais, construindo uma narrativa de projeto alternativo, que serve como ponte de comunicação e difusão de novos códigos culturais, no sentido de estreitamento da dimensão natural do ser humano no mundo. Valorizam-se eventos como o Festival da Água e o cultivo com permacultura, na qual se sacralizam os 4 elementos da Natureza, evidenciando a união da Natureza com o mundo moderno.

Neste sentido, o projeto de mundo da UDV não se expressa apenas em termos de espaço, mas também de tempo ou, mais precisamente, em termos de unidade entre espaço e tempo, na medida em que o espaço poderia ser caracterizado como “a condição de existência dessas relações que geram tempo” (MASSEY, 2009, p. 90). Logo, mesmo num espaço símbolo da modernidade nacional, como Brasília, é possível criar condições para se viverem outros tempos, mais associados à Natureza ou a um passado mitológico e religioso, complexificando a vida cotidiana da Capital brasileira.

Interessante notar como Brasília, em sua modernidade espacializada, cria condições para a constituição de relações religiosas e mitológicas, bem como formas de viver outros tempos, que não o moderno-urbano. Há territórios e redes de coletivos sociais que se manifestam em práticas míticas, em que se vive no tempo mítico atemporal, que se dá num espaço moderno temporalizado. Práticas religiosas correntes em Brasília interpretam seu tempo subjetivo como atemporal, trazendo e ressignificando um passado mitológico pertencente a um determinado coletivo, mas entendido como universal e não apenas na UDV, mas em outras religiões e religiosidades presentes no Distrito Federal, como o Vale do Amanhecer, por exemplo.

Esta ressignificação do tempo e do espaço se dá pela valorização da Natureza (ainda que pouco definida por parte das várias religiosidades), valorizando os mistérios e segredos nela impressos. Assim, sacralizada e simbolizada a Natureza, os espaços de convivência voltam a viabilizar certo respeito pelo que é “natural”, um tipo de conhecimento esquecido, talvez, na era moderna. Como escreve La Blache (2010, p. 20): “É bom lembrar que, no meio humano, os símbolos especificamente sociais adquiriram uma função de orientação e, portanto, de conhecimento”.

Pode-se afirmar, então, que o tempo se converte em um símbolo que apresenta diferentes formas de utilização válidas para os homens, tais como antimoderno, natural, mitológico, sagrado, que determinam e estruturam a continuidade dos acontecimentos em decorrência de determinados princípios e condições espaciais que tentam controlar, em consonância com a estruturação de territórios e suas redes. Parte da mitologia da UDV reflete esta forma de relacionamento diferencial com o tempo e, mesmo, com a própria natureza quase em oposição ao modernismo brasiliense, já que a Capital representa o “homem de conhecimento”, que representa o tempo numa espécie de simbolismo lógico-matemático nas diferentes atividades que realiza no seu dia a dia. Frente a esta representação espacializada e aceita, certos grupos, como a UDV, enfatizam o tempo do mito e dos mistérios, com uma maior subjetividade e envolvendo elementos da natureza e permitem um relacionamento mais contemplativo e holístico.

O simbolismo lógico-matemático, contudo, também se apoia em mitos para a apropriação do território e para recriar o sentido e o significado da natureza e do urbano em que está presente a negação do tempo antigo para criar uma nova história.

4. O ENCONTRO ENTRE BRASÍLIA E ESPAÇO PRÉ-EXISTENTE

A construção de Brasília se dá em uma base discursiva extremamente articulada – modernista, conquistadora, monumental – em seu planejamento e arquitetura, paradoxalmente

racional em sua execução e mística em sua composição territorial, como Siqueira (2003, p. 39) aponta:

Brasília nasceu a partir de dois grandes mitos de criação: a Cidade Utópica e a Terra Prometida. O primeiro está inscrito no planejamento urbano e na arquitetura futurista do Plano Piloto, que tem a forma de avião [...] e outro converge com o místico, nas profecias de Dom Bosco, que se tornou inclusive padroeiro da cidade.

Siqueira (2003) destaca o tempo – passado e futuro – fundamental para compreensão da espacialidade da Capital Federal e da experiência territorial potencializada pela utopia da nova cidade. Mas uma utopia do novo precisa negar as condições anteriores sobre as quais se assenta, como se os homens que a construíram o fizessem a partir de elementos livremente escolhidos por eles.

O espaço que hoje conforma o que conhecemos por Brasília possui uma história, que data do Brasil colônia, entretanto, o discurso que parece prevalecer no ideário oficial é o de um espaço geográfico inexistente antes da construção da Nova Capital Federal, ou no máximo uma espacialidade em latência, aguardando para ser apropriada.



Figura 4 – Fragmento do “Mapa dos Julgados” - Parte do mapa em que consta o Julgado de Santa Luzia e o Julgado de Três Barras, localidades históricas delimitantes do Distrito Federal. Circulado em vermelho a área aproximada aonde seria construída a capital. Fonte: Vieira Jr., 2009, p. 8.

A construção de Brasília sugere a ideia da vitória sobre um Brasil interiorano, ou seja, vencimento de um tempo lento (SANTOS, 2004), o qual não se coadunava com a marcha do moderno e da construção de um ideário de nação que se encaminhava rumo a um futuro glorioso.

Contudo, a Nova Capital foi construída sobre territórios antigos, percorridos por vários povos já antes da história, entre eles indígenas, que habitavam o cerrado há pelo menos 10.000 anos (VIEIRA Jr, 2009); mais recentemente, quilombolas, ex-escravos (MAGALHÃES, 2010) e o próprio sertanejo descendente dos bandeirantes, como Anhangüera, tantas vezes citado por Juscelino Kubitschek⁷. Esqueceu-se, na narrativa dominante, que o interior do território brasileiro havia sido trilhado por expedições e movimentos de colonização ainda mais recentes, como a Marcha para o Oeste, nos anos de 1930, da qual a transferência da antiga capital, Cidade de Goiás, para a planejada Goiânia foi um marco e que, de certa maneira, abriu o caminho para Brasília. Assim, os marcos do quadrilátero do Distrito Federal possuem uma historicidade, porém, negada pelo discurso modernizante da década de 1960. Neste sentido, a história oficial do sertão se assemelha à “terra sem homens” da Amazônia no eterno retorno do mito do progresso.

Para Vieira Jr (2009, p. 12), a construção de Brasília indica uma nova fase de colonização, posterior ao ouro e à agropecuária.

No nada a cidade-capital não poderia ter surgido, mas o discurso proferido por seus construtores retornava à lógica do sertão, lugar longe e inabitado. Como nos anteriores bandeirantes, Brasília buscou colonizar o sertão goiano, e como um aguaceiro nos vales do Cerrado, a modernidade chegou nos anos 60, ressignificando como ausência e atraso, o tempo e as relações formadoras da vida espriada nos chapadões do Planalto Central. Rica é a história colonial de Brasília.

A partir desta concepção, pode-se distinguir também uma dupla face colonizadora e impositiva no ideário nacional, no qual, ao se negar ou negligenciar a história pregressa do território do Distrito Federal, criam-se os fundamentos para a determinação do que deve ser apreciado enquanto história que se faz decorrente da “construção do novo”. Soma-se a isto, que Brasília passa também a “determinar o futuro”, a partir da ideia de progresso que ela mesma representa. Enfim, o surgimento de Brasília é o coroamento de um projeto de modernidade desenhado para o Brasil nos anos 1960. A conclusão da obra da Nova Capital Federal, em meio ao “nada”, no sertão goiano, é a afirmação da técnica sobre a Natureza.

Nessa perspectiva, Fischer, citado por Vieira Jr (2009, p. 12) afirma que:

Arcaísmo e contemporaneidade se misturam em Brasília. E sua história continua sendo escrita no registro do mito, apresentada como ocupação primeira de um local virgem, apagados os traços de alguns séculos da história do Goyaz, agora aparentemente sem passado e sem tradições próprias, esquecidos aqueles que aqui viveram antes de sua construção. Fazendo desaparecer tanto suas imperfeições evidentes como suas indiscutíveis qualidades, o mito exige a sacralização de sua concepção primeira - magicamente, a cidade se confunde com o texto e os croquis que lhe deram gênese.

⁷ Para jovens, Juscelino discursa: “Perdoai-me a imodéstia, mas não há que ocultar a realidade: o papel histórico que o meu governo está representando com o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília. O que se está fazendo, o que tenho a honra de influir para que seja executado nesta hora, é continuar o feito de vossas bandeiras, retomando o caminho heroicamente percorrido pelos vossos desbravadores. É estender o Brasil, com o poder da técnica do mundo de hoje, até onde o conduziu vosso Anhangüera”. (A Noite, 1957, p. 5).

decisório do país. Brasília assume, então, o papel de sujeito da história, pois foi o lugar em que a Transamazônica foi imaginada como uma terra sem homens e sem história a ser dominada e integrada ao território nacional.

O esquecimento dos antigos soldados da borracha, substituídos pelos novos soldados da Transamazônica é negado pela trajetória de Mestre Gabriel e por sua morte em 1971, antes da grande obra rodoviária, em que a Natureza é um obstáculo a ser constantemente vencido e que constantemente retorna com sua força. E do centro da floresta chega à Capital da modernidade o Vegetal mítico, com a missão de unir os homens e a Natureza. Brasília, Capital do Terceiro Milênio, dessa maneira, se apresenta como o centro de uma rede, cuja missão é expandir o antimoderno, o natural, o mitológico, o sagrado que vêm das sombras dos tempos e dos antigos heróis, que sempre retornam.

O tema desenvolvido na relação do espaço/tempo com o mito e os heróis na modernidade, a volta ao passado para compreender “as reações incessantes da história sobre a geografia”, como postulado pelos fundadores, é um desafio para nossa ciência, muito voltada para o presente e para prognósticos de futuro. Escavar o passado traz respostas surpreendentes e importantes como método para estudar o espaço geográfico em suas várias manifestações.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos doutorandos Cleison Leite Ferreira (POSGEA-UNB) e Lidia Rogatto e Silva (CDS-UNB), respectivamente, pela versão em inglês do resumo/artigo e a versão em francês do resumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L.. **Posições I/Althusser**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CAMPBELL, J. A Saga do Herói. In: COUSINEAU, P. (Org.). **A Jornada do Herói – Joseph Campbell – Vida e Obra**. São Paulo, Ágora, 2013.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, P. Qu'apporte l'approche culturelle a la geographie? Géographie et Cultures. La posmodernité. In **Geographie et cultures**, nº 33, été 1999.

_____. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999

CUNHA, E. **À Margem da História**. Original de 1904. In: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. São Paulo: USP, s/d. Disponível em: <http://www.superdownloads.com.br/download/124/margem-da-historia-euclides-da-cunha/>, acesso em 05.07.2014.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ELIADE, M. **O Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FABIANO, R. **O mensageiro de deus**. Editora Pedra Nova, 2012.

FIGUEIREDO, L. C. **Os Lugares da Psicologia**. Palestra de Abertura da Semana de Psicologia. São Paulo: PUCSP/USP/UNIP, 1993.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. São Paulo: PUC, 2002.

_____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martin Fontes, 1992.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1984.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOETTERD, J. D.; MODARDO, M. L.; MOTA, J. G. B. Do choque de territorialidades à produção de transterritorialidades: encontros/desencontros identitários entre latifundiários e indígenas no Mato Grosso do Sul. In: **Anais ENG 2010**. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4497, acesso em 12.08.2014.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs). **Vidal, Vidais**. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. **Vivendo no limite**: dilemas do hibridismo e da multi/transterritorialidade. Niterói: UFF, 2009, 21 p.

HALL S. **A identidade cultural pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HONDA, Y.; SÊPEDA FILHO, M.; PANTOJA, W. W. R. As Diversas formas de Planejar o Espaço Amazônico: Um Olhar sobre Pacajá (PA). In: **IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, 2013. Disponível em: <http://www.unama.br/seer/index.php/coloquio/article/view/108>, acesso em 05.06.2014.

JASPERS, K. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix, 1993.

LA BLACHE P. **Princípios de geografia humana**. 3 ed. São Paulo: Tempo, 2010

MAGALHÃES, L. R. **Sertão Planaltino**: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964). Tese de doutorado (UFG - Faculdade de História), 2010. Disponível em: http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_1_pdfsam_tese.pdf acesso em 05/07/2014

MASSEY D. **Pelo espaço** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009

MAUÉS, R. H. O Perspectivismo indígena é somente indígena? Cosmologia, religião, medicina e Populações rurais na Amazônia. In: **Mediações**. Dossiê Amazônia: Sociedade e Natureza. v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2012.v17n1p33/10987>, acesso em 05.07.2014.

MENDOZA, J. G.; JIMENÉZ, J. M.; CANTERO, N. O.. **El pensamiento geográfico**. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

NAHUM, J. Região e Representação: A Região Amazônica nos Planos de Desenvolvimento. In: **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais**, v. XVII, n. 985, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>, acesso em 05.06.2013.

OLIVEIRA, J.K. Brasília trará equilíbrio à Nação Brasileira. In **A Noite**, 18/03/1957, 1º Caderno, p. 5.

PELUSO, M. L. Reflexões sobre o ambiente urbano e representações sociais. In PAVIANI, A; GOUVÊA, L. A. de C. (orgs) . **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2003, p. 181-196.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo/ razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SCHERE, I. **Redes, Sociedade e Territórios**. Editora: Unisc, 2005.

SIQUEIRA, D. **As novas religiosidades no Ocidente: Brasília, cidade mítica**. Brasília: Edunb, 2003.

SOUZA, C. A. M. A morte é fácil na amazônia[?]: debates sobre epidemias e políticas públicas na construção da rodovia Transamazônica. In: **Anais do Primeiro Seminário de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde**. UFSC, 2010. Disponível em: <http://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/SOUZA-C%C3%A9sar-Augusto-Martin-s-de2.pdf>, acesso em 04.07.2014.

VIEIRA Jr, W. Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal. In: **Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/vieira_jr_nos-sertoos-cerrados-de-brasilia-a-cartografia-como-argumento.pdf> acesso em 05/07/2014

WEBER, M. **Três tipos puros de poder legítimo**. Tradução: Artur Morão. In: www.lusofia.net, 2005. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf, acesso em 04.07.2014.